



**ACÓRDÃO Nº51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 2035/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Egídio Gomes de Queiroz Neto - OAB/AM 7297
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Beruri
- 5- **Exercício:** 2011
- 6- **Responsável:** José Francisco Pereira Veríssimo (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº154/2018, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Beruri. Exercício de 2011.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anuais da câmara municipal de beruri/am, exercício de 2011, sob a responsabilidade do **Sr. José Francisco Pereira Veríssimo**, Chefe do Poder Legislativo e ordenador de despesas da referida municipalidade, à época, nos termos do art. 71, II, da Constituição Federal de 1988, art. 40, II, da Constituição Estadual de 1989, e arts. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, "b" e "c" e art. 25 da Lei n. 2.423/1996 c/c art. 11, III, "a", "2" e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. José Francisco Pereira Veríssimo**, Chefe do Poder Legislativo de Beruri/AM, no valor de **R\$ 8.768,25**, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XI, XII, XXIV e XXVI, arts. 52 e 54, II e III, da Lei n. 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI, da Resolução n. 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), em razão das impropriedades identificadas nos itens 04 e 11 do Relatório/Voto, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional



**ACÓRDÃO Nº51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

e patrimonial, ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resultou injustificado danos ao erário. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. José Francisco Pereira Veríssimo, Chefe do Poder Legislativo e ordenador de despesas da referida municipalidade, no valor de R\$ 53.250,00** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Beruri/AM, pelo pagamento de sessões extraordinárias em desacordo com o § 4º, do art. 39 e no § 7º, do art. 57, da CF/88 que veda tal prática, recomendando a **aplicação de glosa, em solidariedade**, com os vereadores listados abaixo, com fundamento no art. 305, da Resolução n. 04/2002, as seguintes despesas, individualmente, especificado observado o limite da solidariedade de cada um dos beneficiários:

Vereador	Líquido Recebido
José Francisco Pereira Veríssimo	R\$ 8.250,00
Elis Regina da Silva Picanço	R\$ 7.500,00
Flaviney Nascimento Lisboa	R\$ 7.500,00
João Macedo Soares	R\$ 6.750,00
Jorge Elifas Picanço dos Santos	R\$ 7.500,00
Marilene Moreira da Silva	R\$ 7.500,00
Naidy Castro Mady	R\$ 750,00
Wellington da Costa Picanço	R\$ 3.000,00
Francisco Galvão Picanço	R\$ 4.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 53.250,00</b>

com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, III, da Resolução n. 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.4. Recomendar a Câmara Municipal de Beruri/AM que:**

- 10.4.1. Comprove à próxima comissão de inspeção a efetiva criação do Sistema de Controle Interno da Câmara Beruriense;



**ACÓRDÃO Nº51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.4.2. Observe e cumpra os prazos previstos pelo art. 4º da Resolução n. 07/2002;
- 10.4.3. Observe e cumpra o prazo transcrito no art. 2º, da Resolução n. 6/2000, c/c art. 54 e 55 da Lei Complementar n. 101/2000;
- 10.4.4. Observe, com rigor, as prescrições da Lei Complementar n. 06/91 e Resoluções que especificam o dever de manter na sede da Câmara Municipal, toda documentação exigida pela referida legislação, a fim de propiciar uma melhor atuação e análise dos órgãos de controle;
- 10.4.5. Observe e avalie com prudência a conveniência e a necessidade de concessão de diárias, demonstrando a legalidade e moralidade do ato por meio de documentos comprobatórios do deslocamento e dos serviços prestados em prol do interesse público;
- 10.4.6. Atente para o correto preenchimento dos relatórios de Viagem e formalização do ato que concede diária;
- 10.4.7. Proceda a criação de um setor de patrimônio, visando o efetivo controle dos bens que guarnecem àquele Poder; e
- 10.4.8. Atente-se para fato do eventual descumprimento das recomendações aqui lançadas, caso adotadas pelo Plenário desta Corte de Contas, poderão ensejar a irregularidade de futuras prestações de contas deste Poder nos termos do art. 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual n. 2.423/96 – LOTCE/AM;

**11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de Fevereiro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros; Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº51/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**